III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo
arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva
São Paulo, 2014

EIXO TEMÁTICO:

( ) Ambiente e Sustentabilidade ( ) Crítica, Documentação e Reflexão ( ) Espaço Público e Cidadania
(X) Habitação e Direito à Cidade ( ) Infraestrutura e Mobilidade ( ) Novos processos e novas tecnologias
( ) Patrimônio, Cultura e Identidade

Reflexões sobre a atuação de arquitetos e urbanistas no Programa Minha Casa Minha Vida

Reflections on the acting of architects and urban planners on "Minha Casa Minha Vida"

Reflexiones sobre el papel de los arquitetos y planificadores en el "Minha Casa Minha Vida"

SOUZA, Maressa Fonseca e (1);

CARVALHO, Aline Werneck Barbosa de (2)

(1) Mestranda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Viçosa,UFV, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU, Viçosa, MG, Brasil; email: maressa.fs@gmail.com

(2) Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Professora Associada, Universidade Federal de Viçosa, UFV, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU, Viçosa, MG, Brasil; email: alinewbc@gmail.com

Reflexões sobre a atuação de arquitetos e urbanistas no Programa Minha Casa Minha Vida

Reflection on the acting of architects and urban planners on "Minha Casa Minha Vida"

Reflexiones sobre el papel de los arquitetos y planificadores en el "Minha Casa Minha Vida"

RESUMO
O artigo tem como propósito realizar uma breve reflexão sobre o papel da arquitetura dentro de programas habitacionais no Brasil, materializados, nos últimos anos, pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Retoma a prática da produção habitacional feita por arquitetos no período dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), quando conceitos modernistas foram associados tanto a ideais sócio-políticos quanto ao repertório arquitetônico. Em seguida são feitas considerações quanto aos conceitos modernos que permaneceram e se consolidaram na habitação de interesse social e uma breve caracterização do PMCMV, abordando seu histórico e consequências urbanas. Para responder aos questionamentos relativos à arquitetura, são analisados projetos que se distinguem do padrão reproduzido no país no contexto do Programa. Idealizados por arquitetos, estes projetos têm suas características descritas e analisadas em termos arquitetônicos, utilizando parâmetros de análise que abrangem conceitos humanizadores para a habitação coletiva. Por fim, propõe-se uma reflexão sobre o papel da profissão face às necessidades habitacionais do país e suas possiblidades de ação.
PALAVRAS-CHAVE: habitação de interesse social, arquitetura, Programa Minha Casa Minha Vida, habitação coletiva

ABSTRACT
This article aims to provide a brief reflection on the role of architecture within housing programs in Brazil, materialized in recent years by the 'Minha Casa Minha Vida' (PMCMV). It is initially summarized the practice of housing production by architects in the period of the Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), when modernist concepts were associated both to socio-political ideals and architectural repertoire. Afterwards, considerations are made about the modern concepts that have persisted and were consolidated in the social housing and a brief characterization of PMCMV - its historical and urban consequences. In order to address the questions related to architecture projects, a comparison is made by analyzing projects distinguished from the pattern followed in the country in the context of the program. Devised by architects, these projects have their characteristics described and analyzed in architectural terms, by adopting analytic parameters that include humanizing concepts for collective housing. Finally, it is proposed a reflection on the role of the profession on the social housing needs of Brazil and its possibilities of action.
KEY-WORDS: *social housing, architecture, "Minha Casa Minha Vida" Program, collective housing*

RESUMEN
El artículo pretende hacer una breve reflexión sobre el papel de la arquitectura dentro de los programas de vivienda en Brasil, los cuales se materializaron en los últimos años a través del Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Reanuda la práctica de la producción de viviendas hechas por los arquitectos en el periodo de los Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), cuando los conceptos modernistas fueron asociados tanto a los ideales socio-políticos como al repertorio arquitectónico. Luego, se hacen consideraciones de los conceptos modernos que permanecieron y se consolidaron en la producción de vivienda social, y una breve descripción del PMCMV, su histórico y sus consecuencias urbanas. Para responder a las cuestiones concernientes a la arquitectura, se analizaron proyectos que difieren del estándar de reproducción en el país bajo el contexto del Programa. Idealizados por arquitectos, estos

proyectos tienen sus características descritas y analizadas en términos arquitectónicos, utilizando parámetros de análisis que abarquen conceptos de humanización para la vivienda colectiva. Por último, se propone una reflexión sobre el papel de la profesión ante las necesidades de vivienda social del país y sus posibilidades de acción.
PALABRAS-CLAVE: *vivienda de interés social, arquitectura, Programa "Minha Casa Minha Vida", vivienda colectiva*

1 INTRODUÇÃO

Buscar as origens da arquitetura como prática remonta ao processo do ser humano se abrigar, mas vai além, alcançando sua necessidade de *habitar*. A arquitetura emergiu de demandas humanas, consistindo como elemento característico da organização espacial e social do homem – as características da sociedade se encontram projetadas na configuração das cidades. Para realizar uma leitura do urbano, Lefebvre (1999) evocou a presença de níveis e os distinguiu em global (das instituições), misto (das funções urbanas) e privado (do habitar). Segundo ele, o *habitar* se apresenta como o nível mais importante nesta leitura, uma vez que consiste em um dos aspectos complementares do ser humano juntamente com a linguagem.

Entretanto, por muito tempo o *habitar* foi considerado modesto ou até mesmo negligenciável na leitura e intervenção sobre o urbano, sendo reduzido ao conceito de *habitat* difundido pelos ideais modernistas.

> Precisamente, o *habitat*, ideologia e prática, rechaçou ou recalcou o *habitar* na inconsciência. Antes do *habitat*, o *habitar* era uma prática milenar, mal expressa, insuficientemente elevada à linguagem e ao conceito, mais ou menos viva e degradada, mas que permanecia concreta, ou seja, ao mesmo tempo funcional, multifuncional, transfuncional. (LEFEBVRE, 1999, p:80)

Para Lefebvre (1999), o ser humano habita como poeta, ou seja, seu processo de habitar transcende às necessidades funcionais do *habitat* (comer, beber, dormir, etc.) e diz respeito às suas relações com a natureza e a sua própria natureza, com o ser e o seu próprio ser.

Seja em estudos ou práticas, tratar a temática da habitação demanda uma compreensão multidimensional do processo de *habitar*. Nesse aspecto, a arquitetura teria uma excelente oportunidade de se apresentar de forma bastante inventiva e subjetiva. Entretanto, podemos encontrar a reprodução indefinida do *habitat* quando tratamos da habitação de interesse social, fruto de uma herança marcada por padrões de moradia exaustivamente criticados em diversos aspectos. Mesmo assim, a reprodução do modelo funcionalista de *habitat* ainda encontra espaço na produção habitacional, sobretudo naquela voltada para população de baixa renda e realizada pelo mercado.

No Brasil, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) mais uma vez reproduz um padrão de habitação e cidade constantemente criticado. Em vez de promover uma oportunidade ímpar para a atuação de arquitetos e urbanistas, o programa vem mostrando o contrário. Empresas construtoras se encarregam da maioria dos empreendimentos, que são padronizados visando oferecer a maior taxa de lucro possível e reproduzidos maciçamente desconsiderando-se características locais, o perfil das famílias atendidas e a localização no espaço urbano.

Mesmo diante desse quadro, não seria possível que o PMCMV tivesse alcançado qualidade em algum ponto do país? Haveria casos em que arquitetos e urbanistas teriam tido, de alguma forma, a oportunidade de atuar fora do padrão praticado pelas grandes empresas construtoras? O trabalho aqui apresentado procura fazer uma análise do perfil de alguns dos

raros projetos realizados por arquitetos e urbanistas para o PMCMV, buscando entender em quê se diferem do padrão do mercado a partir de parâmetros de qualidade projetual.

2 HABITAÇÃO E MODERNISMO NO BRASIL

No Brasil, a apropriação dos ideais da arquitetura moderna na habitação de interesse social começou a se materializar na produção feita para os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), sob o governo de Getúlio Vargas. Bonduki (2011) analisou parte dessa produção habitacional ressaltando a riqueza arquitetônica de alguns conjuntos projetados sob a ótica modernista. Entretanto, embora se buscasse usar uma linguagem arquitetônica importada, as justificativas para a adoção deste repertório no Brasil se diferenciavam, estando mais ligadas ao projeto desenvolvimentista governamental do que aos ideais de mudança sócio-política em vigor na Europa.

Entre os anos 30 e 50, havia um desejo de transformação social por parte dos arquitetos e de vários agentes envolvidos no processo. Entretanto, havia também a intenção do Estado em modernizar o país através da industrialização e, inerente a este processo, modernizar o brasileiro. Para tanto, seria necessário criar uma nova arquitetura, um novo padrão de moradia, um novo ambiente onde este objetivo poderia se concretizar. Nesse novo ambiente não haveria mais espaço para a construção popular característica de uma sociedade pouco urbanizada. Um dos pressupostos da arquitetura moderna era a introdução de uma nova abordagem na questão da moradia, tanto em termos formais quanto produtivos, sociais e culturais. Na compreensão das instâncias de poder, não eram necessários profissionais especializados para repetir o tipo de moradia produzida pelo povo.

A maioria dos projetos mais inovadores dos IAPs se caracterizou por conjuntos de grandes dimensões concebidos como núcleos urbanos que dispunham de equipamentos comunitários, além da habitação. Grande parte dos conjuntos era constituída por blocos de apartamentos de três a cinco pavimentos sem elevador, havendo variação das tipologias habitacionais em alguns projetos. Os edifícios eram dispostos no terreno em composições geométricas cartesianas ou paralelas, onde o sentido de lote e terreno privados era eliminado, destinando os espaços remanescentes no solo ao uso público (Figura 1).

Figura 1 – Conjunto residencial Ponta d'Areia (Vila do IAPI) construído entre 1946 e 1952, onde se verifica a implantação geométrica dos blocos e a diversidade de tipologias. Porto Alegre, RS.

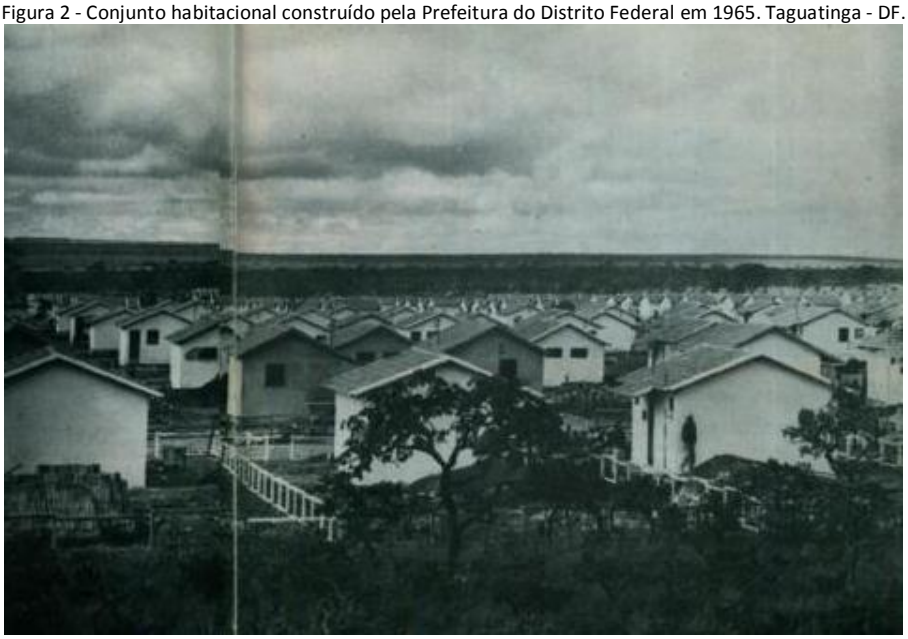
Fonte: O Globo

De acordo com Bonduki (2011), muitos núcleos construídos pelos IAPs permaneceram sob o modelo de casa com quintal. Esta solução parece ter sido mais bem aceita pela população, revelando a preferência de um estilo de vida mais conservador e voltado para o espaço privado. Muitas das propostas originais dos IAPs foram desativadas ou descaracterizadas. Em muitos conjuntos os blocos foram cercados, espaços junto aos pilotis foram transformados em garagens e os depósitos e equipamentos coletivos foram desativados.

Embora a experiência dos IAPs tenha fracassado em vários sentidos, certos conceitos de raiz modernista se consolidaram na produção habitacional brasileira, principalmente quanto ao aspecto funcionalista dos espaços. Kapp (2007) caracterizou tais conceitos como "*síndrome do estojo"*, que consistiria na ideia do acondicionamento perfeito de formas espaciais a funções genéricas predeterminadas. O *Existenzminimum*, conceito já explorado pelo CIAM de 1929, difundia a noção da moradia mínima para uma existência supostamente digna, enquadrando os usuários a um modo de vida preconcebido.

Foi este conceito que se consolidou na produção habitacional do Brasil, principalmente na produção em massa destinada à população de menor poder aquisitivo. As tipologias habitacionais foram padronizadas em torno dos edifícios multifamiliares "em H" e das casas com telhados de duas águas isoladas no lote (Figura 2 e Figura 3). No período de atuação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em que a política habitacional se pautou em uma base de atuação empresarial, os promotores imobiliários associaram as propostas projetuais dos empreendimentos às condições legislativas impostas pelo Banco. Normas, resoluções e manuais determinavam as características gerais dos edifícios, tendo como resultado a sua efetiva padronização (ANITELLI; TRAMONTANO, 2011).

Figura 2 - Conjunto habitacional construído pela Prefeitura do Distrito Federal em 1965. Taguatinga - DF.



Fonte: Morar de Outras Maneiras/UFMG

Figura 3 - Conjunto General Dale Coutinho, de 1979. Santos - SP.

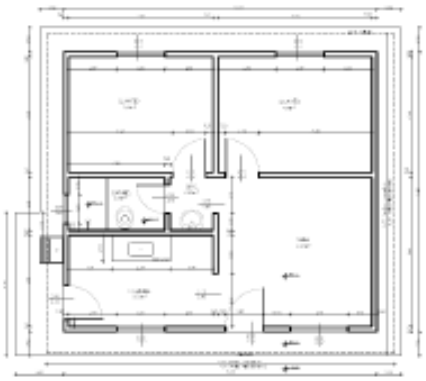
Fonte: Unisantos

3 PADRÕES CONSOLIDADOS

A tipologia habitacional entregue por meio de financiamento para população de baixa renda se consolidou, principalmente entre os incorporadores. Cerca de 30 anos após a extinção do BNH, os padrões se mantêm os mesmos, o que pode ser verificado na produção realizada para o PMCMV (**Figura 4 - Planta baixa de casa térrea ilustrada como modelo em cartilha explicativa sobre o PMCMV em 2009.**Figura 4 e

Figura 5). O Programa foi lançado como forma de salvar grandes empresas do setor imobiliário durante a crise econômica de 2008, possuindo muito mais um caráter de política anticíclica do que social. Além de ampliar as formas de captação de recursos para o uso em projetos habitacionais destinados a faixas de renda mais baixas, o governo forneceu um patamar de subsídio direto proporcional à renda das famílias atendidas, ampliou o volume de crédito e reduziu os juros para aquisição e produção da habitação. Nesse sentido, pode-se dizer que se trata de um programa que oferece crédito tanto ao consumidor quanto ao produtor, mantendo o mercado imobiliário aquecido (CARDOSO, 2013).

Figura 4 - Planta baixa de casa térrea ilustrada como modelo em cartilha explicativa sobre o PMCMV em 2009.



Fonte: Caixa Econômica Federal.

Figura 5 - Planta baixa de pavimento de edifício "em H" divulgada na mesma cartilha.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Para aumentar a lucratividade, o que se vê na grande maioria dos empreendimentos é o emprego de mão de obra pouco qualificada, baixa qualidade dos materiais de construção, padronização excessiva nos processo de planejamento e construção das moradias, e ausência de controle social sobre o programa. Além disso, a produção de grandes conjuntos habitacionais em áreas periféricas tem acirrado a segregação espacial nas cidades e se relacionado a problemas ambientais, de saneamento e transporte. Segundo Arantes (2010), por não favorecer a aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade e sim os de mercado, a especulação imobiliária e o preço da terra têm atingido altos níveis com a atuação do PMCMV, que vem se caracterizando como um modelo insustentável e privatista de crescimento das cidades, disfarçado de política social.

Nas tipologias de moradia construídas para o programa, a referida *síndrome do estojo* continua presente. De acordo com a argumentação de Nascimento e Tostes (2011), a setorização dividida em áreas social, íntima e de serviços representa também uma concepção tradicional da casa burguesa brasileira de início do século XX, consolidada na cultura do país. Os parâmetros mínimos e supostamente dignos se tornam o limite máximo dentro do programa e as unidades habitacionais são entregues como solução única e definitiva de moradia. Os *layouts* dizem respeito a um mobiliário também mínimo e generalizado, não levando em consideração as diferentes características das famílias e de suas posses. Indicações de possiblidades de adaptação das residências são raras ou inexistentes, e as soluções não permitem um aproveitamento eficiente de espaço, caso isto ocorra. O mínimo projetado revela uma concepção limitada sobre o morador, como se ele pudesse viver toda sua vida em um ambiente espacialmente restrito. O Programa, que afirma que reduzirá o déficit habitacional pelo simples fato de colocar as pessoas sob um teto, não apresenta uma visão de superação de condições de pobreza e em nada contribui para alguma mudança social estruturante.

4 HABITAÇÃO SOCIAL E ARQUITETURA

Diante do que foi apresentado, o trabalho se debruçou sobre a procura e análise de projetos elaborados por arquitetos para o PMCMV que se diferenciassem da padronização existente na maioria dos conjuntos habitacionais. O que se desejava investigar era se tais projetos apresentavam soluções de qualidade arquitetônica e urbanística relevantes, utilizando-se, para tanto, de parâmetros de análise que consideram conceitos humanizadores para o ambiente habitacional.

PARÂMETROS DE ANÁLISE

Encontra-se em Barros (2011) um estudo sobre a inclusão de conceitos humanizadores que podem contribuir para a qualidade ambiental da habitação coletiva. Barros (0211) lança mão de autores que se dedicaram a pesquisas no ramo da Psicologia Ambiental e faz uso constante dos estudos de Christopher Alexander e equipe, os quais desenvolveram uma linguagem de padrões projetuais que poderiam contribuir para a qualidade espacial da habitação coletiva, contemplando diferentes necessidades humanas. A princípio, duas categorias foram levantadas pela autora: o senso de urbanidade e o senso de habitabilidade. O primeiro se relaciona com a implantação das edificações e tem como objetivo promover a vivacidade urbana, em contraposição à setorização de usos, segregação social e dificuldades de locomoção. Divide-se em três subcategorias que dão origem a parâmetros, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Senso de urbanidade

Subcategorias	Parâmetros
(1) Sensibilidade ao ambiente construído e natural existente	Vistas; entrelaçamento entre edificação e lugar; caminhos e lugares; edificação melhorando o terreno.
(2) Conectividade, legibilidade e sustentabilidade social	Ambientes semi-abertos; hierarquia entre espaços externos; espaço interno positivo; gradiente de privacidade no arranjo do conjunto.
(3) Identidade	Transição na entrada; edificação como complexo; demarcação da entrada coletiva; diversidade de usuários.

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Barros, 2011.

Já o senso de habitabilidade envolve a escala da edificação propriamente dita, procura atender necessidades básicas de conforto ambiental e adequação às atividades domésticas, promovendo o sentido de habitar quanto às necessidades de refúgio, isolamento, convivência, ordem e variedade. Esta categoria também é subdividida em três subcategorias e respectivos parâmetros, visualizados na Tabela 2.

Tabela 2: Senso de habitabilidade

Subcategorias	Parâmetros
(4) Harmonia espacial: relação entre conforto ambiental e privacidade	Orientação solar e ventos; estratégias para privacidade; UHs agregadas com mais de uma orientação; formato alongado.
(5) Sentido de lar	Espaço físico congruente ao espaço de convívio; gradiente de intimidade; gradiente das aberturas; circulação com contraste.
(6) Opções e flexibilidade	UHs em fita; possibilidade de expansão; flexibilidade de uso; materiais apropriados.

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Barros, 2011.

A partir das categorias sistematizadas por Barros (2011), torna-se possível seguir diretrizes para a concepção de projetos e aplicar este instrumental na análise de projetos de habitação coletiva. À medida que os parâmetros forem identificados nos projetos aqui analisados, serão destacados no texto de acordo com a numeração das subcategorias, feita nas Tabelas 1 e 2. Considera-se que quanto maior a presença de parâmetros, melhor a qualidade do projeto.

PROJETOS DESENVOLVIDOS PARA O PMCMV

Os projetos apresentados a seguir não foram selecionados por critérios rígidos, principalmente devido ao baixo número de projetos divulgados e construídos. Optou-se por analisar trabalhos que já haviam sido publicados em revistas especializadas de arquitetura e urbanismo (Revista AU, edições 208 e 224), como no caso dos projetos de João Filgueiras Lima (Lelé) e Jirau Arquitetura. O projeto de Usina foi selecionado por conhecimento prévio das autoras sobre a atuação do coletivo, bem como pelos processos diferenciados de financiamento - PMCMV Entidades – e projeto participativo, a partir de informações divulgadas em seu site.

Dentre os projetos selecionados, apenas o desenvolvido por Jirau Arquitetura foi construído. Até o momento, nas informações divulgadas sobre o projeto de Lelé consta que se encontra em processo de aprovação, entretanto existem especulações acerca de problemas com burocracia e interesse político[1] que dificultam sua concretização. O projeto de Usina conquistou, em fevereiro de 2014, o terreno para a construção por meio de um edital do governo de São Paulo[2].

Pernambués e Cajazeiras (Salvador-BA)

Em 2011, João Filgueiras Lima, o Lelé, foi convidado pela presidenta do Brasil para realizar uma proposta alternativa para o PMCMV, que contemplasse o programa funcional da Caixa Econômica Federal. O arquiteto apresentou duas soluções a serem implantadas em Salvador, nos bairros de Pernambués e Cajazeiras.

Figura 6 - Implantação do conjunto no bairro Pernambués.

Fonte: Revista AU.

A proposta para Pernambués apresenta blocos de apartamentos e residências duplex geminadas, implantados em um terreno íngreme, além de áreas comunitárias (

Figura 6). A implantação dos edifícios busca evitar movimentações de terra na encosta, procurando se realizar da mesma maneira que a implantação em favelas (PORTO, 2011). Os prédios implantados em fita na porção superior do terreno seriam acessados pela rua, e os que

[1] cf. depoimento de Haroldo Pinheiro, presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU-BR).
Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-05/brasilia-se-despede-do-arquiteto-joao-filgueiras-lima-o-lele>. Acesso em 25 jun. 2014.
2 cf. reportagem em TVT: "Associação de moradores de Suzano conquista habitação digna".
Fonte: <http://www.tvt.org.br/watch.php?id=15690&category=204>. Acesso em 25 jun. 2014.

estão dispostos na encosta, por meio de um elevador em plano inclinado que faria o acesso à avenida principal. A proposta para Cajazeiras apresenta dois blocos de apartamentos implantados em um terreno plano, no qual também é proposta uma área recreativa (Figura 7). Os projetos seriam concretizados pelo Instituto Brasileiro de Tecnologia do Habitat, instituição sem fins lucrativos, criada pelo arquiteto com o objetivo de realizar pesquisas e obras utilizando a pré-fabricação. Entretanto, ainda não há informações sobre a aprovação da obra ou o início da construção.

Figura 7: Implantação do conjunto em Cajazeiras.

Fonte: Revista AU.

Dentro dos parâmetros de senso de urbanidade, o projeto de Pernambués dialoga com a topografia em sua implantação, evidenciando a sensibilidade quanto ao ambiente natural existente (1). O acesso feito por meio das escadas abertas e o elevador inclinado, além de certa diversidade de tipologias, promove conectividade e sustentabilidade social (2). Em Pernambués se tem maiores distinções identificáveis no conjunto (3), por meio do contraste no perfil das edificações que se encontram implantadas na encosta. Tanto em Pernambués quanto em Cajazeiras, a implantação dos edifícios não privilegia a urbanidade no que diz respeito à funcionalidade dos espaços, uma vez que separa os usos comunitários e de moradia. Quanto ao conceito de habitabilidade, a proposta de Lelé se enquadra nos parâmetros de opções e flexibilidade (6), uma vez que usa elementos pré-fabricados e produzidos na obra, que contaria com a participação dos moradores.

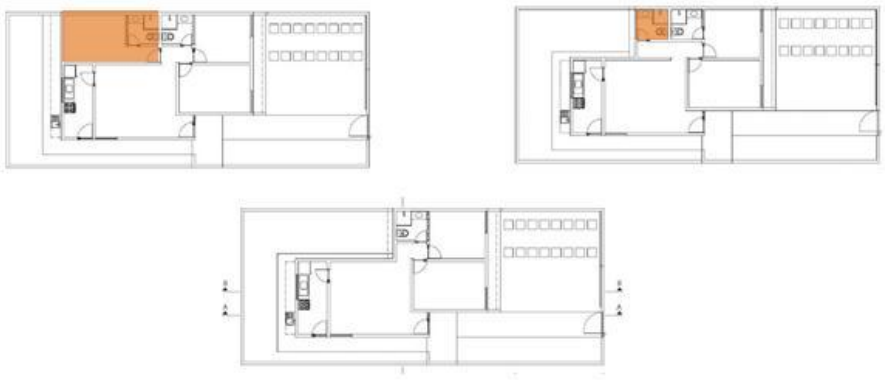
Residencial Wirton Lira (Caruaru-PE)

Projeto encomendado por uma empresa privada, elaborado pelo escritório Jirau Arquitetura em 2011, com unidades habitacionais vendidas utilizando subsídios do PMCMV (FRAJNDLICH, 2012). As edificações consistem em residências unifamiliares implantadas em renques de casas dispostas sobre um terreno com leves declividades (Figura 8). A linguagem arquitetônica adotada no projeto possui referenciais à arquitetura modernista produzida em Pernambuco: telhado cerâmico de uma água marcado por empenas altas de alvenaria onde é feito um jogo de volumes entre as empenas, a caixa d'água e a marquise de entrada.

Figura 8- Vista das casas dispostas em terreno inclinado.

Fonte: Leonardo Finotti.

Figura 9 - Plantas baixas demonstram as diferentes possibilidades de configuração dentro do projeto, que podem ter dois ou três quartos.



Fonte: Revista AU.

A solução em planta se apresenta em esquema de “S” (Figura 9), permitindo variação no perfil das edificações, a demarcação de ambientes de entrada e limites permeáveis, características dos parâmetros de identidade (3) e sentido de lar (5). São oferecidas três tipologias de residências, que promovem a sustentabilidade social (2), pressupondo a diversidade de usuários e faixas de renda: dois quartos, dois quartos com suíte e três quartos com suíte. Os ambientes estão configurados de maneira que a ampliação das residências menores ocorra na parte posterior do terreno, não alterando a composição das fachadas, evidenciando os parâmetros de opções e flexibilidade (6). A sala é o ambiente mais valorizado em termos de área, configurando-se como um importante ambiente de convivência, privilegiando, mais uma vez, o sentido de lar por meio da promoção de espaços congruentes (5). A implantação do conjunto ocorre nos padrões de um loteamento com traçado cartesiano (Figura 10), que separa áreas verdes e espaços destinados a equipamentos de uso comunitário da localização das residências, perdendo aspectos importantes referentes à urbanidade.

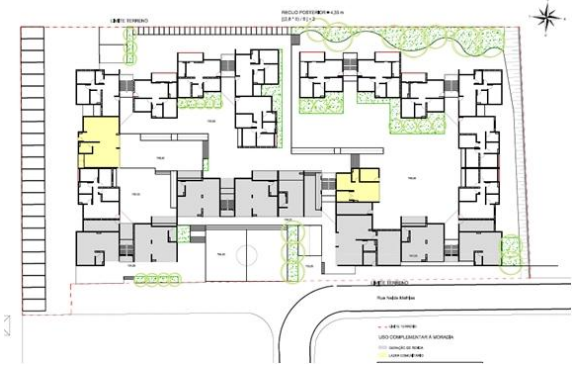
Figura 10 - Conformação do loteamento do residencial.

Fonte: Revista AU.

Vila Monte Sion (Suzano-SS)

Projeto realizado em 2010, pelo coletivo de arquitetura autogestionário Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado. Encomendado pela Associação de Moradores do Jardim Miriam e adjacências, no município de Suzano, possuindo financiamento pelo PMCMV na modalidade *MCMV Entidades*, sendo o terreno obtido através de cessão de uso de área pública municipal.

Figura 11 - Implantação do conjunto. Em cinza, espaços para geração de renda e amarelo áreas de lazer comunitárias.



Fonte: Usina CTAH

O projeto possui edifícios que agregam tipologias diferenciadas (2), possuindo apartamentos com 2 ou 3 quartos e áreas para atividades comunitárias, de lazer e esporte. Dentre os pressupostos utilizados no projeto, os parâmetros relativos à conectividade, legibilidade e sustentabilidade social (2) se destacam por meio da integração de usos complementares à moradia (Figura 11) - lazer, espaços para educação, geração de trabalho e renda - pela presença de terraços, escadas abertas de acesso e fronteiras permeáveis, que visam a integração do conjunto ao tecido urbano do entorno através de áreas de uso comum entre os blocos, acessadas por caminhos e lugares que permeiam os edifícios (Figura 12). A identidade do conjunto (3) é reforçada pela presença de vegetação em pequenas praças e pelo contraste no perfil das edificações, enfatizando entradas e espaços coletivos.

Figura 12 - Conjunto Vila Monte Sion.

Fonte: Usina CTAH

O senso de habitabilidade é evidenciado em diversos parâmetros. A relação entre conforto ambiental e privacidade (4) é promovida pela presença de mais de uma orientação e pela distância entre os edifícios, que conformam pátios onde se prevê espaços para vegetação. O sentido de lar (5) se verifica nos limites permeáveis e saliências presentes na planta dos apartamentos. O uso de materiais adequados pode ser verificado pela preferência de alvenaria cerâmica e materiais locais, se enquadrando na subcategoria opções e flexibilidade (6), embora a flexibilidade, no que tange a possibilidades de expansão, não seja contemplada neste caso.

Figura 13: Oficinas participativas na elaboração do projeto.

Fonte: Usina CTAH

Todo o processo, desde o projeto à construção é feito de forma coletiva (Figura 13). As decisões de projeto foram tomadas entre a assessoria técnica e os moradores, levando em consideração suas necessidades. A obra é realizada por meio da autogestão, estando os trabalhadores no controle do processo de planejamento, compras e contratações, bem como engajados no processo construtivo que possui a participação efetiva de mulheres (CAPACETES..., 2007).

5 CONCLUSÕES

Avaliar projetos que possuam qualidade arquitetônica dentro do PMCMV é uma tarefa complexa, pois o próprio número de projetos desenvolvidos por arquitetos é reduzido. Este fenômeno é explicado por Shimbo (2010), quando discorre sobre o processo de concepção de projetos que ocorre geralmente nas grandes empresas construtoras para o PMCMV. Visando o lucro e o controle de suas diversas obras, as empresas padronizam os projetos arquitetônicos e os reproduzem em um sistema também padronizado. As dimensões dos ambientes são pautadas na padronização de medidas, materiais e componentes construtivos. Esta

padronização define também uma listagem de fornecedores e possibilita a elaboração de uma memória de projetos comum a todos os empreendimentos. Com tal banco de informações pré-concebido, não existe o desenvolvimento de projetos que atendam às especificidades locais e às necessidades dos moradores.

Refletir sobre a presença dos conceitos humanizadores estudados por Barros (2011) nos projetos mencionados permite uma análise da sua qualidade ambiental. Verificou-se maior presença de parâmetros no projeto realizado pela Usina em Suzano, seguindo-se do Residencial Wirton Lira, e, por último, das propostas feitas por Lelé. É interessante notar que os parâmetros aparecem com mais frequência justamente em um projeto que envolve a participação dos moradores desde o processo de concepção até a sua execução. Isto demonstra que as necessidades da população e os subsídios governamentais podem ser perfeitamente compatibilizados dentro do PMCMV, permitindo uma produção arquitetônica de qualidade relevante. O que interfere nesta produção é justamente a forma como a compatibilização é feita.

Como arquitetos, refletir sobre o papel da profissão frente às lacunas que permeiam historicamente a produção habitacional brasileira torna-se, de fato, uma ação urgente. É preciso sair da posição de criador isolado, interagir e descobrir as dimensões do *habitar* contemporâneo e suas demandas. Se *habitar* é uma prática milenar em constante mutação, faz-se necessário que a arquitetura reflita este processo. Desafios no campo da habitação de interesse social são muitos, mas quem estará disposto a enfrentá-los em nome de uma arquitetura?

REFERÊNCIAS

ANITELLI, F; TRAMONTANO, M. O processo de padronização de projetos de edifícios de apartamentos: notas sobre mercado, financiamento e arquitetura. *V!RUS*, São Carlos, n. 5, jun. 2011. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus05/?sec=6&item=1&lang=pt>. Acesso em: 09 dez. 2013.

ARANTES, P. F. Arquitetura contemporânea: entre favelas e modernismos. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, n. 333, p. 31-33, jun. 2010. Entrevista concedida a Greyce Viegas.

BARROS, R. M. P. *Habitação coletiva:* a inclusão de conceitos humanizadores no processo de projeto. São Paulo: Annablume, 2011.

BONDUKI, N. *Origens da Habitação Social no Brasil:* arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CAPACETES Coloridos. Direção, roteiro, produção e fotografia: Paula Constante Silva Santos. São Paulo: Laboratório de Vídeo da FAUUSP, 2007. (38 min), color. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=M3hnzDHEfz8> Acesso em: 05 dez. 2013.

CARDOSO, Adauto Lúcio (org), *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus Efeitos Territoriais.* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

FRAJNDLICH, R. U. Modernas Referências. *Revista AU***.** São Paulo, n. 224, p. 33-37, nov. 2012.

KAPP, S. Síndrome do Estojo. In: *Colóquio de Pesquisas em Habitação*, 4, 2007, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: EAUFMG, Grupo Morar de Outras Maneiras, 2007.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana***.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

NASCIMENTO, D. M.; TOSTES, S. P. Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 133.03, Vitruvius, jun. 2011 <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3936>.

PORTO, C. E.. Nossa Casa, Nossa Vida. *Revista AU.* São Paulo, n. 208, p. 38-45, jul. 2011.